

# Compartilhe

Setembro 2015 - Nº 2

Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro



Justiça Itinerante:  
TJRJ leva os seus  
serviços às praças  
da cidade ⑧

Esquente suas  
férias nas geleiras  
da Patagônia ④

Mediação: como  
fazer Justiça a partir  
de uma conversa ⑫

Baile Charme  
reúne gerações  
junto ao TJRJ ⑭



## Justiça e Cultura: TJRJ mais perto da população



Entrevista: Paulo César Caju e João Máximo

Há um momento mágico em que a Cultura se transforma em Justiça. Inspirado nessa verdade, o TJRJ lança o Projeto Cultura é Justiça, cujo objetivo é possibilitar, a partir de uma continuada difusão de manifestações culturais, genuinamente populares e urbanas, o surgimento de formas alternativas de aproximação e diálogo entre o Poder Judiciário e todos os segmentos sociais. O Projeto é organizado pelo diretor da Diretoria-Geral de Comunicação e Difusão do Conhecimento (DGCOM), professor Joel Rufino, e tem a princípio quatro programas:

- “*Conte algo que não sei*”. Debates quinzenais sobre temas variados, sempre de interesse geral.
- “*A Justiça é o charme*”. Encontro dançante nas imediações do Antigo Palácio da Justiça, em ambiente de total descontração com jovens frequentadores dos bailes populares.
- “*Quando o choro é justo*”. Encontro de chorões, que homenageará compositores consagrados, como Garoto e Jacob do Bandolim.
- “*Sagração da Primavera – Justiça em Vida*”. Festival que celebrará a cultura brasileira.

## Bens históricos

O Museu da Justiça mantém um serviço de cadastramento de bens de valor histórico, cultural ou artístico do Poder Judiciário do Estado do Rio de Janeiro, como objetos de trabalho, fotografias e mobiliário. As Comarcas que reunirem esse tipo de material devem telefonar para (21) 3133-3814 ou entrar em contato pelo e-mail [dgcom.segam@tjrj.jus.br](mailto:dgcom.segam@tjrj.jus.br)

## PIA e novos servidores

Para substituir os 382 servidores que aderiram ao II Programa de Incentivo à Aposentadoria (PIA), já foram convocados 525 novos servidores e, até o final da validade do concurso, há possibilidade de outras nomeações.

## Performance na aula inaugural da EMERJ



Uma aula em clima de teatro

Com uma metodologia diferenciada, para despertar o interesse dos magistrados, a EMERJ promoveu, na aula inaugural do curso de Direitos Humanos, a leitura teatralizada do *Caso dos Exploradores da Caverna* (escrito em 1949 pelo

americano Lon Fuller). Cinco desembargadores representaram os ministros da história. Os alunos – cerca de 40 juízes – acompanharam a performance e, em seguida, debateram o tema. O grupo foi dirigido por Sílvia Monte, do CCPJ.

### EDITORIAL

A Revista *Compartilhe*, uma publicação surgida na atual administração do TJRJ, se dedica ao público interno e está em seu nº 2. Como a edição anterior foi alvo de comentários positivos, nos sentimos na obrigação de aumentar o número de páginas. Assim, para

maior prazer do leitor – magistrado ou servidor – esta *Compartilhe* nº 2 passa de 12 para 16 páginas. Já que a nossa intenção é provocar uma grande integração entre a família forense, sugestões e dicas para matérias dos futuros números serão muito bem-vindas. Aqui te-

mos desde informes sobre ações administrativas até matérias sobre turismo e saúde, sem esquecer as entrevistas com servidores e magistrados, os artigos e os contos do dia a dia do Judiciário. Uma proveitosa leitura.

# A clava forte da Justiça

É chegada a hora de, parafraseando o mote de Osório Duque Estrada no Hino Nacional Brasileiro, clamar aos filhos de nossa sofrida Pátria pelo enfrentamento da luta.

No tempo de Nelson Rodrigues, polêmico dramaturgo, jornalista e fanático torcedor do Fluminense, a seleção brasileira era a pátria de chuteiras. Hoje, muitos arriscam que seleção – no sentido de brio e garra patrióticos, sem falar no talento e criatividade – já não temos de há muito para torcer. Quanto à pátria, sua própria noção se esfumou – um pouco pela globalização galopante e implacável dos tempos modernos, mas certamente muito mais pela falta de cultivo de um sentimento de nação que, imperceptivelmente, passou à dimensão do abstracionismo.

Dirão alguns mais atentos, mas por que isso? Onde anda a teimosa alegria de nossa gente nessa época dos tristes marcada por uma avassaladora crise simultaneamente econômica, política e moral, quando todos os valores que sustentam uma nação na sua base mais sólida parecem ter ruído?

Ainda outro dia, a presidente da República anunciava que vetaria um projeto de lei de reajuste de servidores do Judiciário da União, por contemplar valores excessivos nestes tempos de crise e contenção de despesas. Não se discute que o veto de projetos aprovados no Congresso Nacional seja prerrogativa presidencial. Mas o que o anúncio prematuro do veto provocou? Na mesma noite, em entrevista ao *Jornal Nacional*, acompanhada por milhões de espectadores, o presidente do Senado e do Congresso Nacional, Renan Calheiros, apregoou que, diante de eventual veto presidencial ao projeto, poderia o Congresso, também no uso de prerrogativa constitucional, derrubá-lo, ficando em consequência o dito (pela presidente Dilma) pelo não dito e tudo como danças neste surreal quartel de Abrantes.

Os cidadãos brasileiros acabam atô-

nicos e sem saber o que pensar diante desse público tiroteio institucional que, em meio aos potentes holofotes da mídia, parece desservir ao país.

Não fosse bastante, em entrevista acerca do entrevero, um ministro recentemente investido no STF declara à imprensa que o projeto de reajuste dos servidores do Judiciário Federal, embora originário de nossa Corte Maior de Justiça, possivelmente conteria percentual excessivo.

Ora, nem se precisa enfatizar o óbvio, de que este episódio não é isolado, antes traduzindo regra geral de desrespeito institucional, com perda substancial de seus valores constitucionais e arremesso à tábula rasa de postulados

da República – como o essencial fundamento, abrigado na Constituição, da independência e harmonia dos poderes constituídos. Estes, aliás, criados pela soberania do povo (em fonte originária) e não extraídos de uma singular ou pretensa autonomia daqueles frente ao povo brasileiro, titular originário de todo o poder que dele emana. Há que honrar, senhores, a parcela de soberania delegada que exercem.

Recentemente, todos assistimos ao estrepitoso escândalo do “Mensalão”, com seus responsáveis punidos, nos limites da lei, pela autoridade incontestável do STF como guardião e intérprete final da Carta da República.

Passados poucos meses, vem a operação “Lava-Jato”, encetada pela Polícia Federal, trazer à luz do dia – pelo sol que é desinfetante maior – as infâmias e apontados saques de quadrilheiros contra a integridade moral e financeira da Petrobras, até então indiscutido e orgulhoso patrimônio nacional.

A Nação, mesmo apreensiva, pode confiar nos seus juizes, como demonstrado pela serenidade e firmeza do ministro Teori Zavascki, do STF, e do juiz federal Sérgio Moro, condutores dos processos judiciais relativos à “Lava-Jato”, todos envolvendo apuração



Des. Luiz Fernando Ribeiro de Carvalho\*

de graves potenciais crimes de corrupção, lavagem de dinheiro, formação de quadrilha, sonegação fiscal e outros respeitantes atentados contra a integridade nacional e a possível credulidade pública diante de tanta solércia e sensação de impunidade.

Nessa quadra tão difícil, as tábuas da lei não podem ceder. A Constituição e as leis da República, conduzidas pela alta responsabilidade de que investido o Poder Judiciário, não deverão ser repasto de inescrupulosos agentes da mais letal corrupção.

O tributo ao equilíbrio das instituições não faltará nessa quadra de tantas incertezas que povoam um cenário nacional ainda nebuloso. Este necessário ponto de equilíbrio será dentro da curva dos altos postulados que se apresentam à nação. Certa feita, ouvi de um dos vultos mais proeminentes do cenário nacional – o jornalista Barbosa Lima Sobrinho, por muitos anos presidente da Associação Brasileira de Imprensa – que a missão última do Judiciário é fomentar civilização.

Por tudo isso, não há descrer dos demais poderes como instituições essenciais ao sistema democrático, sobrelevando, outrossim, a alta relevância da imprensa livre, do Ministério Público e da Advocacia como instrumentos indispensáveis ao funcionamento do Estado Democrático de Direito.

Mas, ao cabo dessas singelas reflexões, fica a esperança de que os filhos desta terra ainda generosa, diante de tantas violações e agravos, saberão erguer e poderão contar – em meio ao interregno de tanto espanto e perplexidade – com a clava forte da justiça.

\* PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

Artigo publicado pelo *Globo* (19/7) e pelo *Jornal do Comércio* (21/7), e pelos sites do *Globo* (19/7), do *Conjur* (20/7), *JusBrasil* (20/7), da *Amaerj* (20/7) e *A Voz do Cidadão*, do Instituto de Cultura de Cidadania (21/7).

# A Patagônia é logo ali



Passar as férias fora do Brasil, num lugar perto e que você não gastará além da conta. Aceita uma sugestão? Desça até a Patagônia argentina, região que deslumbra pelos cenários ora inóspitos, ora arrebatadores. De um lado, os Andes, gigantes nevados de granito; do outro, o Oceano Atlântico, gelado, mas rico em espécies marinhas, como pinguins, focas, baleias e orcas.

E existe Patagônia para todo tipo de turista. O contemplativo vai adorar. O fã dos esportes radicais vai se deliciar. E mais: seja inverno ou verão, você vai viver aventuras inesquecíveis. No inverno, poderá andar de patins e caminhar sobre os lagos congelados (sabe aquela história de andar sobre as águas?) ou andar de trenó. No verão, andar sobre as geleiras, conhecidas como glaciares, e em trilhas montanhosas, praticar canoagem e participar de cavalgadas.

Há uma explicação para o fato de a Patagônia – com exceção da cidade de Bariloche, porta de entrada – ser pouco lembrada como destino de férias. Até não muito tempo, a estrutura turística era precária, não havia boa rede hoteleira nem aeroportos modernos. Hoje, a região consta do catálogo das melhores agências de viagem.

Duas cidades devem ser citadas: Ushuaia e El Calafate.



*Patinando no lago gelado, em El Calafate*



*O Trem do Fim do Mundo, em Ushuaia*

**Ushuaia** – É conhecida como *La Ciudad más austral del mundo* (A cidade mais austral do mundo). Embora pequena, com pouco mais de 56 mil habitantes, oferece vários passeios, bons restaurantes, cassinos e boas lojas. Passeie pelo Canal Beagle, de onde se admira a Cordilheira dos Andes. Faça a visita guiada ao Museu Marítimo (antiga prisão) e embarque no Trem do Fim do Mundo, que leva ao Parque Nacional Tierra del Fuego.

**El Calafate** – Com aproximadamente 21.132 habitantes, é a cidade mais próxima do Parque Nacional Los Glaciares (cerca de 80 quilômetros), onde fica a maior geleira em extensão horizontal do mundo: o Glaciar Perito Moreno.

## Comer, beber

No restaurante, peça fiambres patagônicos, trutas patagônicas ou cordeiro patagônico, antes de provar uma sobremesa de frutas do bosque ou de doces patagônicos, tudo isso admirando os Andes e tomando um bom e reconhecido vinho da Patagônia. Há ainda a Centolla – caranguejo gigante que é uma delícia.

## Juíza Raquel Chrispino: um trabalho para o futuro

A juíza Raquel Santos Pereira Chrispino – titular da 1ª Vara de Família da Comarca de São João de Meriti – foi premiada em 2013 no Fórum Mundial de Direitos Humanos por seu trabalho no Projeto de Erradicação do Sub-registro de Nascimento, do qual é coordenadora há sete anos. E, no último dia 8 de junho, foi nomeada para a Coordenadoria Judiciária de Articulação das Varas da Infância e Juventude e Idoso (CEVIJ).

Qual é a sua proposta de trabalho na CEVIJ?

- Vamos atuar em três eixos principais. No primeiro, a CEVIJ aparece como facilitadora da comunicação entre os juízes das Varas da Infância e Juventude e Idoso e a administração do TJ; no segundo, como facilitadora da construção de um consenso possível e do mapeamento dos fluxos de trabalho, auxiliando na implementação de políticas públicas judiciárias sobre esse tema; e no terceiro eixo está o trabalho na articulação com a rede de proteção à criança, ao adolescente e à pes-



A juíza Raquel Chrispino assumiu a Cevij em junho

soa idosa. A CEVIJ é uma coordenadoria de articulação interna, mas temos de atuar também na articulação da rede de proteção externa, porque essa rede já existe.

Como está sendo desenvolvido este trabalho pela CEVIJ?

- A partir de reuniões semanais com os juízes que compõem a Coordenadoria, bem como através de cinco grupos de trabalho

- Adolescentes em conflito com a lei, Rede de Proteção, Cadastro Nacional de Adoção, Projetos e Comunicação interna e externa – que já estão se reunindo, uma vez por mês, para discutir e adotar as medidas necessárias em cada área de atuação. A participação nos grupos de trabalho é livre para todos os juízes interessados e suas equipes técnicas.

## Câmaras do Consumidor em novas instalações

Desde 1º de julho, estão funcionando em novas instalações, no terceiro andar da Lâmina IV do Complexo Judiciário, os gabinetes e as secretarias das 23ª, 24ª, 25ª, 26ª e 27ª Câmaras Cíveis com competência especializada em Direito do Consumidor. Antes, elas dividiam o mesmo espaço no primeiro piso. Para o desembargador Luiz Fernando, “as câmaras do consumidor precisavam de espaço próprio para fazer o seu trabalho em igualdade de condições com as cíveis e criminais.”

## Desembargadora Denise Nicoll Simões toma posse

Titular da 6ª Vara de Órfãos e Sucessões da Capital desde 2002, a juíza Denise Nicoll Simões foi promovida, por merecimento, pelo Órgão Especial, ao cargo de desembargadora do TJRJ, tendo tomado posse no dia 20 de julho. A magistrada passa a ocupar a vaga decorrente da aposentadoria do desembargador Marcus Quaresma Ferraz.

Graduada em Direito pela UERJ em julho de 1984, foi aprovada no concurso da Defensoria Pública em julho de 1985 e ingressou na Magistratura do Estado do Rio de Janeiro em junho de 1994.



## Paz em Casa, 2ª edição: quase 1.400 audiências

O TJRJ encerrou a segunda edição da Semana da Justiça pela Paz em Casa com 1.399 audiências sobre violência contra a mulher, além de 19 julgamentos de crimes de feminicídio nos Tribunais do Júri. A campanha mobilizou juízes da capital e do interior do Estado, entre 3 e 7 de agosto.



Juíza Adriana Mello: coordenadora da Campanha

Para o presidente do Tribunal, desembargador Luiz Fernando Ribeiro de Carvalho, “o balanço da Semana é totalmente positivo”. “Estamos diante de uma batalha cultural, de mudança de costumes, que não vai ser vencida por decreto. É através da sociedade civil organizada, dos

movimentos de mulheres e do Poder Judiciário que vamos enfraquecer a violência para um dia erradicá-la.”

Durante a segunda edição da Campanha, liderada em nível nacional pela ministra Cármen Lúcia, do Supremo Tribunal Federal (STF), houve no Rio de Janeiro 457 prisões em flagrante, em consequência de atos de violência contra a mulher.

A juíza auxiliar da Presidência do TJRJ e coordenadora do Paz em Casa no Rio, Adriana Ramos de Mello, disse que o Poder Judiciário tem de estar preparado e capacitado para atender à demanda, caso esses inquéritos evoluam e se transformem em processos.

“A preocupação é dar celeridade, para que as mulheres tenham uma resposta do Judiciário”, afirmou.

Na segunda edição do Paz em Casa, a mobilização foi estendida para a área da Educação. O objetivo é que crianças e jovens aprendam, desde cedo, noções de igualdade de gênero para que não se tornem adultos violentos.



A cartilha “Toda Mulher tem direito a uma vida livre de violência” foi lançada pelo TJRJ com orientações sobre como mulheres vítimas de violência podem buscar auxílio e proteção.

## Paz no futebol, um gol de placa

Aos 65 anos, o flamenguista Grímário do Nascimento, o Guigui, é um senhor tranquilo que ocupa a maior parte do tempo exercendo a presidência da Charanga Rubro-Negra, apontada como a torcida organizada mais antiga do Brasil. Mais agitado, nos seus 26 anos, Eduardo Aldair Vieira é um dos líderes da Força Jovem do Vasco da Gama. Os dois acompanharam no TJRJ, no dia 26 de junho, o I Encontro Nacional pela Paz no Futebol, quando assistiram a debates com especialistas do Poder Judiciário e da imprensa, além de representantes de clubes e outras autoridades, sobre medidas necessárias para trazer de volta o prazer do torcedor e das famílias em irem aos estádios.

Segundo Eduardo, “a nova geração da torcida organizada não quer violência, quer tirar esse lado negativo que a mídia repercute”. Guigui, por sua vez, disse acreditar que, “no futuro, tudo volte a ser como começou, com a gente torcendo sem arrumar confusão com ninguém”.

Na abertura do Seminário: deputado Bebeto, ministro Luiz Fux, des. Luiz Fernando, secretário Rogerio Hamam, des. Caetano Ernesto

### Espírito esportivo

O coordenador do I Encontro Nacional pela Paz no Futebol, desembargador Mauro Martins, destacou a importância de a Justiça agir com rigor para coibir a violência. Ele considera que a situação dentro das arenas já está contida. Agora falta conter as brigas no lado de fora.



## Ministra Cármen Lúcia: violência contra a mulher está em todo lugar



A ministra Cármen Lúcia, vice-presidente do Supremo Tribunal Federal, foi uma das palestrantes na abertura do Seminário Internacional Violência de Gênero e Femicídio, realizado no TJRJ, nos dias 20 e 21 de agosto. Ela destacou o valor das campanhas de combate à violência contra a mulher e em busca da igualdade de gênero, e disse que, primeiramente, é preciso reco-

nhecer que o preconceito existe em todos os segmentos da sociedade, inclusive no Poder Judiciário.

Antes da ministra do STF, falou a vice-presidente do Tribunal Constitucional da Espanha, ministra Adela Asua Batarrita, que contou como o seu país enfrenta a desigualdade e a violência de gênero: “É necessário atuar com informação e educação para mudar o quadro”, afirmou.

O presidente do TJ, desembargador Luiz Fernando Ribeiro de Carvalho, destacou “a necessidade de a sociedade se conscientizar que é preciso acabar com essa barbárie e selvageria, que não condizem com a situação civilizatória do nosso país”.

Os debates fazem parte do Fórum Permanente de Violência Doméstica, Familiar e de Gênero, presidido pela juíza auxiliar da Presidência do Tribunal Adriana Ramos de Mello.

### Ingresso na Magistratura: 20% das vagas para negros

Resolução aprovada a 24 de agosto, pelo Órgão Especial do TJRJ, reserva aos negros 20% das vagas do XLVII Concurso para Ingresso na Magistratura de Carreira do Estado do Rio, ainda sem data marcada. Os candida-

tos terão de comprovar renda familiar máxima de até 1,5 salário mínimo e alcançar a nota mínima exigida na primeira fase de seleção. Edital a ser publicado em breve detalhará as regras do concurso.

### Justiça autoriza interrupção de gravidez de siameses

No dia 27 de maio, a 8ª Câmara Criminal do TJRJ autorizou, por unanimidade, uma mulher grávida, no sexto mês, de gêmeos siameses, a interromper a gestação. Os fetos apresentavam duplicação da coluna vertebral, quatro membros e coração único, o que tornava impossível sobreviverem.

Os desembargadores entenderam que o caso se assemelhava à ocorrência de anencefalia (falta do cérebro), quando o aborto é permitido por haver impossibilidade de vida extrauterina. E, além disso, segun-

do os laudos científicos, a gestante pode ter excesso de líquido amniótico, hipertensão, complicações durante o parto, e ainda corre o risco de se tornar estéril e de passar por transtornos psíquicos. Consta da decisão dos desembargadores que esse tipo de gravidez se “configura como uma verdadeira tortura psicológica” imposta à mulher.

Na prática, a 8ª Câmara Criminal garantiu à paciente o direito de manter a gravidez ou de interrompê-la, desde que houvesse viabilidade médica para o aborto.

## Campanha dos direitos do idoso

A Campanha de Conscientização e Valorização dos Direitos dos Idosos foi lançada pela Diretoria-Geral de Apoio aos Órgãos Jurisdicionais e o Centro de Estudos e Debates (CEDES) durante o seminário “Estatuto do Idoso – Uma lei que precisa pegar – Lei 10.741/03”, no dia 23 de junho.



Para melhor visualização dos autos que envolvem pessoas com mais de 60 anos, a Presidência e a Corregedoria publicaram ato que determina a afixação de uma tarja verde na lateral superior dos processos físicos a fim de indicar a prioridade definida na lei. Foi instituído ainda um “Selo de Qualidade”, que será entregue às três serventias que obtiverem os melhores resultados até 5 de setembro.

O juiz auxiliar da Presidência Antônio Aurélio Abi-Ramia Duarte disse que os processos virtuais que tenham como parte idosos serão listados preferencialmente. “O processo eletrônico é muito bom porque não dá espaço para escolha, ou seja, o juiz terá de despaçar e cumprir o que determina a lei”, explicou.

# Justiça Itinerante: por

Em dez anos de funcionamento, o Projeto Justiça Itinerante já socorreu mais de meio milhão de pessoas. Este ano, em comemoração aos 450 anos da cidade do Rio de Janeiro, um convênio firmado com a Secretaria Municipal de Cultura permite que o Projeto, além de atender de segunda a sexta-feira em seus postos, se repita em praças e parques a cada 15 dias, sempre aos domingos (uma vez por mês, na Praça Luís de Camões, Glória, junto ao Aterro do Flamengo). Alguns dos problemas que podem ser resolvidos: questões cíveis (alvarás, cobranças, indenizações; de família (alimentos, reconhecimento de união estável e conversão em casamento, divórcio, regulamentação de visitas); de cartório (registro tardio de nascimento, retificação de

dados, correção de erros em documentos); Infância e juventude (autorização de viagem, guarda, tutela, adoção); defesa do consumidor (devolução de mercadoria com defeito, serviço não atendido, corte de luz, água, gás, telefone). O Detran costuma montar um posto para fornecer carteiras de identidade.

O interessado tem de levar comprovante de residência, notas fiscais, recibos, certidões etc. Segundo a desembargadora Cristina Tereza Gaulia, coordenadora do Justiça Itinerante, o foco é atender sobretudo as pessoas que não têm acesso à Justiça e também as que não podem resolver seus problemas judiciais durante a semana, por causa do trabalho. Agora, a expectativa é que o atendimento aos domingos se torne permanente.



1



2



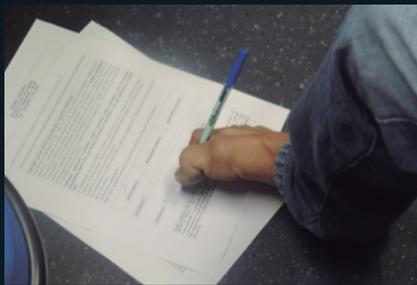
3



4



5



6

O Justiça Itinerante de alto a baixo:  
1- Dividindo a alegria com os filhos 2- Filho leva a mãe para tirar documento  
3- O casamento depois de 35 anos de convivência 4- Casamento decidido em cima da hora 5 e 6 - Assistência ao cidadão com necessidades especiais

DIA	POSTOS FIXOS DE ATENDIMENTO
2 <sup>a</sup>	Vila de Cava (Nova Iguaçu), Comendador Levy Gasparian, Jardim Gramacho (quinzenal - Duque de Caxias) e Vila Cruzeiro (Rio de Janeiro).
3 <sup>a</sup>	Tanguá, Macuco (quinzenal), Tocos (Campos dos Goytacazes) e Rocinha (Rio de Janeiro).
4 <sup>a</sup>	Jardim Catarina (São Gonçalo), Batan e Nova Sepetiba (Rio de Janeiro).
5 <sup>a</sup>	Jardim Primavera (Duque de Caxias), Morro do Coco (quinzenal - Campos dos Goytacazes), Areal, Carapebus (quinzenal) e Cidade de Deus (Rio de Janeiro).
6 <sup>a</sup>	Manilha (quinzenal - Itaboraí), Complexo do Alemão (Rio de Janeiro), Sub-registro (Praça XI, 403), Quatis (quinzenal).

Valéria, a florista, acompanha o ônibus do Projeto



# Justiças abertas para o povo



PODER JUDICIÁRIO  
ESTADO DO RIO DE JANEIRO

**JUSTIÇA ITINERANTE**



## Histórias reais que parecem de romance

Vendedora de flores para noivas há 25 anos, Valéria Regina, moradora de Belford Roxo, faz ponto na entrada de cartórios e, há algum tempo, segue o ônibus do Justiça Itinerante. Ela sabe por que tantos noivos preferem se casar no Projeto: “No cartório é bem mais caro e muito demorado.”

E é tão prático que há quem só “descubra” que vai se casar no dia da cerimônia. Foi o caso de Paulo Sérgio, 65 anos, e Denise de Carvalho, 59. Na manhã de 14 de junho, eles ouviram no rádio que naquele domingo o Projeto levaria seus serviços à Glória. Sem perda de tempo, Paulo pediu Denise em casamento. Ela aceitou na hora e eles foram um dos 90 casais a então oficializarem a união.

O número de casamentos e de registro de uniões estáveis é cada vez maior. E não há apenas casamentos do tipo convencional, homem e mulher. No dia 28 de junho, na Praça Nossa Senhora da Apresentação, em Irajá, casaram-se dois

homens que já vivem juntos há 35 anos. Uma semana depois, a 5 de julho, na Glória, duas mulheres disseram o “sim” (foto).

Além dos casamentos, há muitas outras histórias que mexem com a emoção dos servidores que trabalham no Justiça Itinerante. Como a de dona Zuleika Teixeira, 90 anos, que, depois de décadas com seu RG em péssimo estado, em minutos conseguiu um novo; a da moradora da Maré que, acompanhada do pai de seus filhos de 9, 10 e 16 anos, os registrou de uma só vez; ou a do cadeirante, portador de necessidades especiais, que assina o nome com o pé (fotos 5 e 6 na página ao lado).

Muitas das histórias ocorridas no Projeto retratam a ausência do Estado, durante décadas, em determinadas regiões, ausência que dificulta o acesso de milhares de cidadãos aos serviços públicos mais elementares. Pois é para democratizar ao máximo o acesso à Justiça que existe o Justiça Itinerante.

### “Sim, aceito”

Registrar casamentos no Justiça Itinerante faz parte da rotina do fotógrafo da Comunicação do TJRJ, Brunno Dantas. Mas na edição do Projeto de 5 de julho, na Glória, ele deu uma parada no trabalho e inovou: fotografou-se (selfie) ao lado de Fernanda, com quem acabara de se casar com as bênçãos do Projeto. Com eles estava a menina Isis que, por motivos óbvios, não aparece na foto: ela nasce só daqui a um mês. Que sejam felizes.

*Brunno do TJ se casa no Justiça Itinerante*



## Regime de trabalho a distância entra em vigor

Proposta pioneira, o regime especial de trabalho a distância foi instituído nas serventias judiciais de 1ª instância do Poder Judiciário fluminense. Iniciativa da Corregedora-Geral da Justiça, desembargadora Maria Augusta Vaz, firmada pelo presidente Luiz Fernando, e que obteve aprovação em tempo recorde no Conselho da Magistratura. A Resolução nº 4/2015, foi publicada em 3 de julho pelo Diário da Justiça.

Tendo como base a transmissão eletrônica de dados por meio de rede de informações, o servidor poderá ficar vinculado tecnicamente a uma determinada unidade (serventia) e executar suas tarefas utilizando a estrutura administrativa de outra. Ele estará sob a fiscalização administrativa do chefe da unidade em que estiver lotado.

## Plano Estratégico para o biênio 2015-2016

São 26 os projetos elaborados para o novo Plano Estratégico do TJRJ, a vigorar no biênio 2015-2016, e que no dia 25 de junho foi entregue pela Comissão de Gestão Estratégica e Planejamento (COGEP) ao desembargador Luiz Fernando Ribeiro de Carvalho.

comissão permite a racionalização dos projetos, porque não vai haver descontinuidade administrativa. Quando eu passar a Presidência, em fevereiro de 2017, deixarei para a futura administração uma programação de gestão estratégica.”



COGEP entrega o Plano Estratégico do biênio 2015-2016 ao presidente Luiz Fernando

## ESAJ leva cursos ao interior do estado

A Escola de Administração Judiciária (ESAJ), do TJRJ, está desenvolvendo cursos na área da infância e juventude, de português jurídico e sobre o Novo Código de Processo Civil, que serão oferecidos aos servidores da capital e também do interior até o fim do ano.

Agora, a Presidência do Tribunal pode acompanhar a execução simultânea dos projetos – tirados de quase 50 sugestões – e dos respectivos recursos orçamentários por meio de indicadores. Além disso, ao estruturar e coordenar o seu planejamento estratégico, o Tribunal assegura recursos para o desenvolvimento integral de todos os projetos e promove a transparência da atual Administração.

O presidente afirmou que o Plano Estratégico vai ser um legado para as futuras gestões do TJRJ: “Essa

Depois de elogiar a iniciativa das diretorias de apresentar soluções, o desembargador Luiz Fernando classificou de democrática a atuação da COGEP, presidida pelo desembargador Carlos Oliveira. “Esse trabalho já representa um fruto, e não mais uma semente.”

Entre os projetos aprovados está a criação de um grupo de trabalho para avaliar as implicações da vigência do novo Código de Processo Civil (CPC), além da implantação das audiências de custódia no Estado do Rio.

## Varas Cíveis da Cidade Nova

O presidente do TJRJ trabalha com a perspectiva de antecipar o prazo para a volta das Varas Cíveis, que estão no Anexo Cidade Nova, para o Fórum Central.

Ao visitar no dia 10 de julho o Anexo Cidade Nova, o desembargador Luiz Fernando Ribeiro de Carvalho disse a magistrados e servidores estar se empenhando para que a maior parte das 44 Varas Cíveis ali instaladas provi-

soriamente volte a funcionar no Fórum Central até o fim de seu mandato. Explicou que o prazo para o término das obras de readequação, inicialmente previsto para 30 meses, deve ser reduzido para dois anos.

## Campo Grande: 7ª Vara Cível

No dia 25 de junho, o presidente do TJRJ, desembargador Luiz Fernando, instalou a 7ª Vara Cível do Fórum Regional de Campo Grande, na Zona Oeste do Rio. O bairro tem mais de um milhão de habitantes. A serventia tornará mais rápido o andamento das demandas de primeira instância no Fórum.

# Audiência de Custódia

Des. Paulo de Oliveira Lanzellotti Baldez\*

A ideia de Estado Democrático de Direito traz em si a de limites ao exercício do poder e, principalmente, a de respeito aos direitos fundamentais. Não há, portanto, como se contentar com a concepção meramente formal de democracia, identificada como o princípio da maioria como elemento legitimador do exercício do poder. É indispensável que o Estado de Direito, em sua versão democrática, voltado à realização material do projeto constitucional de vida digna para todos, seja dotado de efetivas garantias, de mecanismos de controle do exercício do poder, dentre os quais se insere a Audiência de Custódia, no campo do Processo Penal.

Até recentemente, e ao contrário de outros países da América Latina, o dever estatal de apresentar, sem demora, à Agência Judicial o indivíduo preso em flagrante – dever esse consagrado na Convenção Americana de Direitos Humanos (artigo 7.5) e que, por força da normatividade constitucional, integra o devido processo legal – era inteiramente desconsiderado (registre-se que o Brasil aderiu à Convenção Americana de Direitos Humanos em 1992). Ao mesmo tempo, o incremento da violência urbana no início da década de 90 do século passado fez aumentar de forma exponencial o número de flagrantes, sem que o juiz dispusesse de eficaz instrumento processual de controle imediato da legalidade e da necessidade das prisões, cuja banalização potencializou o caos e a violação de direitos nas casas de custódia e presídios de norte a sul do país com evidentes reflexos negativos no meio social, ante os conhecidos efeitos deletérios da privação da liberdade, ainda que de forma provisória.

Tal situação tornou-se insuportável, ao ponto de o Brasil sofrer severas críticas de organismos internacionais por violação de direitos humanos em decorrência das maze-

las características da superpopulação carcerária, que, no último diagnóstico divulgado pelo CNJ – Conselho Nacional da Justiça, em junho de 2014, atingia o elevado número de 563.526 presos, muitos dos quais ainda sem julgamento, alcançando o nada honroso 4º lugar no ranking mundial de países com maior população prisional, perdendo apenas para os Estados Unidos, China e Rússia.

Diante desse quadro, em elogiável iniciativa, o CNJ, no ano passado, deflagrou campanha para a efetivação da Audiência de Custódia em nosso sistema jurídico-processual-penal, através de convênios com os Tribunais de todo o país, tendo sido pioneiro o Estado de São Paulo, que desde fevereiro de 2015, inaugurou Projeto Piloto para implementação da Audiência de Custódia, obtendo redução de aproximadamente 43% no número de prisões originárias de Autos de Prisão em Flagrante Delito.

A Audiência de Custódia, em apertada síntese, consiste no direito de qualquer cidadão preso ser conduzido, sem demora, à presença de um juiz, a quem compete exercer a função jurisdicional típica de garantir o respeito aos direitos fundamentais e a observância do princípio da legalidade estrita, incumbindo-lhe na ocasião: a) identificar eventuais ilegalidades; b) coibir maus-tratos ou torturas; c) promover um espaço dialético (e, portanto, democrático) para discutir a legalidade e a necessidade da prisão; e f) restabelecer a liberdade do cidadão, com ou sem aplicação de outras medidas cautelares que se façam necessárias ao caso concreto, ou converter, fundamentadamente, o flagrante em prisão preventiva.

É certo que a tradição autoritária em que está inserida a sociedade brasilei-

ra, notadamente em razão dos recentes períodos ditatoriais do Século XX, fez com que alguns direitos fundamentais, em especial no campo do processo penal, fossem equivocadamente percebidos como obstáculos à eficiência repressiva do Estado.

Todavia, na verdade, ao manter contato pessoal direto com o preso, logo após a prisão em flagrante, o juiz, sem dúvida, terá maior segurança e mais elementos concretos para a formação de sua convicção sobre a

legalidade e necessidade da restrição da liberdade, valor esse intimamente vinculado à dignidade do ser humano.

Após estudos realizados por determinação da Presidência do Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro em fevereiro de 2015, no limiar da atual gestão, a Audiência de Custódia tem previsão de implementação para o próximo mês de setembro, fruto de projeto desenvolvido em parceria com o Conselho Nacional de Justiça, dando-se, assim, importante passo para conferir maior efetividade à proteção de diversos direitos fundamentais, fundados na Dignidade da Pessoa Humana.

Cumprido ressaltar que o projeto prevê, ainda, a inserção do liberado – ou seja, daquele a quem for reconhecido o direito de responder o processo em liberdade – em rede de assistência social, se necessário, após receber o primeiro atendimento de profissionais especializados, ainda no âmbito da Audiência de Custódia.

Espera-se, com isso, não só evitar prisões ilegais e desnecessárias, como também contribuir para a criação de uma cultura de respeito aos direitos de cidadania, capaz de romper com a tradição autoritária que persiste em nossa jovem democracia, de modo a sedimentar o Estado de Direito no Brasil em sintonia com valores fundamentais dos países democráticos do ocidente.

*Qualquer cidadão preso tem o direito de ser conduzido à presença de um juiz*

*Prisões ilegais e desnecessárias serão evitadas*

\* PRESIDENTE DO GRUPO DE TRABALHO DAS VARAS CRIMINAIS (GTCRIM)

# Mediação, um recurso moderno

O novo Código de Processo Civil ampliou a mediação pré-processual para reduzir o volume de processos em tramitação na Justiça. O Art. 165 afirma: "Os tribunais criarão centros judiciários de solução consensual de conflitos, responsáveis pela realização de sessões e audiências de conciliação e mediação e pelo desenvolvimento de programas destinados a auxiliar, orientar e estimular a autocomposição."



## NUPEMEC

### Mutirões: 710 processos

O Núcleo Permanente de Métodos Consensuais de Solução de Conflitos (Nupemec), do TJRJ, realizou dois mutirões de audiências - um na última semana de julho e o outro de 24 a 28 de agosto -, com 710 sessões de conciliação. Do mutirão de julho participaram cinco instituições conveniadas: Cedae, Amil, Banco do Brasil, Itaú e construtora Cyrella, somando 301 processos. Em agosto foi a vez do Santander, Banco do Brasil, Itaú e Bradesco Saúde terem 409 processos analisados pelos mediadores do Nupemec.

## Justiça Cidadã forma mediadores

O bom mediador age com imparcialidade e confiabilidade, e sabe ouvir sem fazer juízo de valor. Esses princípios foram debatidos pelos mais de 90 alunos da primeira turma do curso de especialização em mediação do Programa Justiça Cidadã, concluído no dia 20 de julho. Eles - na maioria, líderes comunitários - receberam a certificação do TJRJ para atuar na orientação de resolução de conflitos em suas comunidades e associações.

Os alunos simularam sessões de mediação, tiveram que identificar os conflitos e oferecer orientações às partes envolvidas.

O Programa Justiça Cidadã, criado em 2004, é coordenado pela desembargadora Cristina Gaulia e promovido pelo Departamento de Ações Pró-Sustentabilidade do TJ (DEAPE).

## Plataforma on-line

O TJRJ é o primeiro tribunal do país a adotar plataformas on-line para a realização de sessões de conciliação/mediação de resolução de conflitos de massa. O sistema começa a funcionar em setembro, em três fóruns do Rio, sob a coordenação do Núcleo Permanente de Métodos Consensuais de Solução

de Conflitos (NUPEMEC), presidido pelo desembargador César Cury, em parceria com a empresa Juster.

O projeto foi apresentado, no dia 6 de agosto, aos juízes em exercício nos juizados especiais cíveis da capital e aos diretores do Fórum de Duque de Caxias e Regionais de Santa Cruz e Barra da Tijuca.

Secc-fara 7.8.2016 | Rio | outubro 15

ANA CLÁudia COSTA  
account@agibb.com.br

SEM SAIR DE CASA

### De olho na tela do computador para a solução de conflitos

TJ cria serviço on-line em que consumidor poderá resolver queixas contra empresas sem a participação de juizes. Mediador poderá ser acionado

Justiça. Os interessados devem entrar no site www.juster.com.br e preencher um formulário. A expectativa do TJ é reduzir em 70% o número de processos em tramitação.

Com a criação da câmara, vamos liberar juizes e funcionários para atuar em outras varas e instâncias do Tribunal de Justiça - disse o desembargador.

Nos juizados especiais, as decisões levam até oito meses para serem tomadas. Na internet, a previsão é que os litígios sejam resolvidos em dias ou até mesmo na hora.

O objetivo é desonerar o tribunal. Estamos mudando a forma de a Justiça atuar. A tecnologia deve ser usada a nosso favor, com comodidade, agilidade e segurança - disse o desembargador.

O novo programa não agradou ao presidente da OAB-RJ, Felipe Santa Cruz. Segundo ele, a iniciativa im...

## Magistrados aposentados: nova etapa de vida

Vinte e cinco dos 29 inscritos que, no dia 8 de julho, receberam o certificado de conclusão do Curso Básico de Formação de Mediador são desembargadores aposentados que voltam a atuar no Judiciário, dando apoio às Câmaras de Consumo. O objetivo da mediação é reduzir, de forma mais rápida, o volume de ações em tramitação

na Justiça, a partir de acordos entre as partes, evitando que novos processos sejam ajuizados.

Para o presidente do TJRJ, desembargador Luiz Fernando Ribeiro de Carvalho, a mediação é o caminho do futuro. "A nossa Justiça está abarrotada de processos e não pode mais sobreviver nos modos tradicionais. Precisa enveredar por novos caminhos e a mediação nos traz essa solução. Vamos reservar a jurisdição para o que compete só a ela. A mediação não é uma das alternativas. Ela é a alternativa."

O Núcleo Permanente de Métodos Consensuais de Solução de Conflitos (NUPEMEC) já formou mais de 400 mediadores desde 2011, quando foi criado. Segundo o seu presidente, desembargador César Cury, há mais duas turmas em andamento nos fóruns regionais.



## Redução da idade penal é tema de livro de desembargador

O desembargador Paulo Rangel lançou no dia 3 de agosto, no salão nobre do TJRJ, o livro *A Redução da Menor Idade Penal: Avanço ou Retrocesso Social*, no qual trabalhou por dois anos. Ele não se nega a responder logo à pergunta do título: “É um grande e inequívoco retrocesso. Nós vamos andar para trás se diminuirmos a idade penal.”

No livro, o desembargador traça um estudo histórico e sociológico da questão principal, buscando entender as razões da violência cometida pelos jovens, e não apenas as consequências.



Desembargadores Luiz Fernando e Paulo Rangel confraternizam

O livro trata também da questão racial no Brasil. Segundo o desembargador, “o nosso sistema penal é trilhado para prender pretos, pobres e prostitutas”.

## Biblioteca do TJRJ: 125 anos de saber jurídico

Os assuntos jurídicos e os de estreita relação com a ciência do Direito são as especialidades da Biblioteca do TJRJ, que, no dia 14 de novembro, completará 125 anos de existência. Instalada no térreo da Lâmina III, está aberta de segunda a sexta-feira.



A Biblioteca promove exposições temáticas e palestras jurídicas, no evento Café com Conhecimento, aberto aos usuários internos e externos. Destaca-se também a disponibilização do acesso à Revista dos Tribunais Online para os magistrados e serventuários do Tribunal. As consultas digitais devem ser feitas em <http://webfarm.tjrj.jus.br/biblioteca/>

**Fórum de Direito** – Em julho, a DGCAM disponibilizou para os magistrados e servidores a Biblioteca Digital Fórum de Direito, com textos de autores e doutrinadores nacionais e internacionais. Para acessá-la é preciso se logar à rede intranet.

## TVTJ: o Judiciário no ar

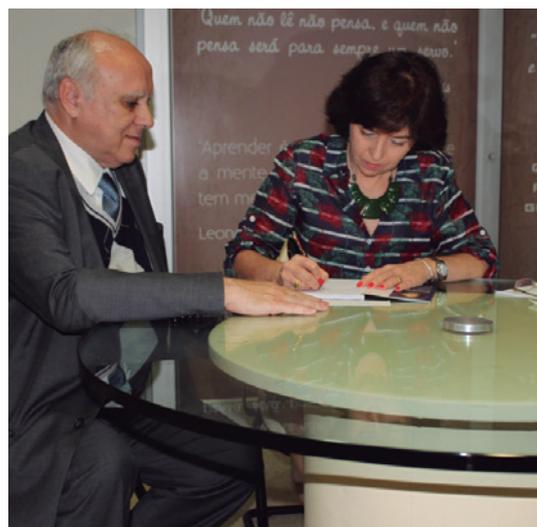
Desde 7 de julho está no ar o TVTJ, canal interno de televisão do TJRJ (Canal 5), que às terças e quartas-feiras, das 10h às 18h, apresenta uma programação voltada para a informação, prestação de contas e proposição de debates, entres eles, os da EMERJ, e ideias a partir da exibição de palestras. Além de difundir as ações do Judiciário, o objetivo é

proporcionar aos telespectadores matérias sobre cultura, saúde, turismo e entretenimento. O canal TVTJ, idealizado pela Comissão Mista de Comunicação Institucional (COMCI), presidida pelo desembargador Fernando Foch, e coordenado pelo Departamento de Comunicação Institucional, não gerou custos para o Poder Judiciário.

## Servidora lança livro sobre arbitragem

*Arbitragem de Consumo no Direito Brasileiro* é o título do livro lançado no dia 30 de julho pela servidora do TJRJ Elizabeth de Almeida Abreu. Ela aborda a arbitragem e a mediação como meios alternativos para a solução de conflitos, em substituição ao caminho tradicional do processo judicial.

O livro, que traça um paralelo com a experiência do Judiciário português, teve origem na tese de mestrado em Ciências Jurídicas Forenses da servidora, aprovada pela Faculdade de Direito da Universidade Nova Lisboa, em Portugal, em 2012.



O presidente do TJ, Luiz Fernando Ribeiro de Carvalho, compareceu ao lançamento

## Revista "Compartilhe" também no site

Todas as edições da revista *Compartilhe* poderão ser consultadas no site [www.tjrj.jus.br](http://www.tjrj.jus.br). Os interessados devem ir até **Destaques**, na parte inferior da tela, à esquerda, e clicar na flecha à direita até o quadro **Banco do Conhecimento**. Outro clique em **Revistas** e, depois, em **Revista Compartilhe**. O nº 1 já está lá.

# A Justiça é o charme

O Baile Charme realizado no Centro do Rio, junto ao TJRJ, no dia 29 de agosto, alcançou inteiramente o objetivo de aproximar o Tribunal das manifestações populares de cultura e recreação. Pessoas de todas as idades dançaram ao som de vários DJs, entre eles o servidor do

Tribunal Daniel dos Santos Ferreira (Dani RB). A ideia do baile surgiu após uma conversa do diretor da DGCAM, historiador Joel Rufino, responsável pelo Projeto Cultura é Justiça, com o charmeiro Amilton Oliveira dos Santos, segurança do Museu da Justiça.



## O Rio continua Índio: exposição e seminário

O resgate da participação do índio na formação histórica e cultural do Rio de Janeiro e a desconstrução de uma imagem estereotipada, ainda vista pela sociedade, foram os pontos principais do seminário *O Rio de Janeiro continua Índio*, nos dias 20 e 21 de agosto, no Museu da Justiça, dirigido por Marco Antonio Sampaio. A ausência do índio nas comemorações dos 450 anos da cidade foi lembrada pelo presidente da Associação Indígena Aldeia Maracanã (AIAM), Carlos Antonio Fernandes Machado, ou Carlos Doethyró Tukano, como ele prefere ser identificado invocando a sua et-

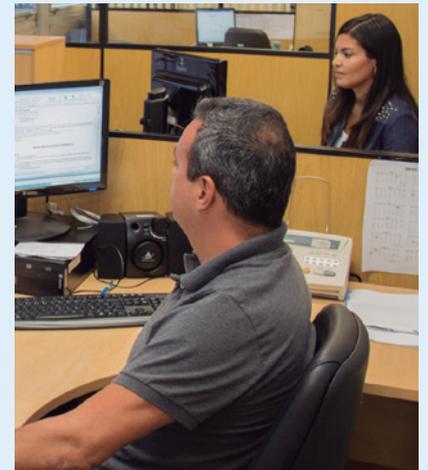
nia Tucana. O cacique defendeu o reconhecimento, pelo Estado, da cidadania para todos os povos indígenas, com acesso à educação, saúde e demais políticas públicas.

Exposições do Museu da Justiça: *O Rio de Janeiro continua Índio*, comemorativa ao aniversário da cidade, conta a história das tribos indígenas que viviam aqui. Até 31 de outubro. *A Cidade Idealizada: o Rio de Janeiro através dos cartões postais – 1900-1930*. Até 19 de dezembro. *Revelando Niterói*, no Museu da Justiça de Niterói (Praça da República, Centro), com fotos de Miguel Regazoni. Até 30 de novembro.



## SAÚDE

### Postura: algumas dicas



Magistrado ou servidor que passa horas em frente ao computador ou analisando processos pode sofrer de dores na coluna e em outras partes do corpo. Chamados de osteomusculares, esses são os distúrbios mais frequentes que chegam ao Departamento Médico do TJ.

Para minimizar essas dores e melhorar a produtividade, a Comissão de Políticas Institucionais para Promoção da Sustentabilidade (COSUS), presidida pelo desembargador Jessé Torres, lançou no começo de junho uma cartilha com dicas sobre como adotar atitudes mais saudáveis.

A médica Ivany Yparraguirre diz que planejar o ambiente de trabalho, dando prioridade à ergonomia, é importante para manter uma boa postura. “A cada 50 minutos é recomendável alternar a atividade. Se está sentado há muito tempo, vá beber água ou instale a impressora longe da mesa para ser obrigado a se movimentar. Projete o ambiente de modo que ocorra essa alternância de movimentos. Quanto mais se exercita, menos lesão você tem”, explica.

O mouse deve estar em posição que permita que o cotovelo fique próximo ao corpo, sem desvios dos ombros e punhos. A distância entre o monitor e os olhos deve ser de 45 a 70 centímetros. Sempre que possível também é recomendável fazer alongamentos, mesmo sentado na cadeira de trabalho.

## Servidor deficiente visual dá aula de vida

**Décio Nascimento** Guimarães começou a perder a visão aos 15 anos, por causa de um glaucoma, e, aos 17, estava totalmente cego. Não se deixando abater, inscreveu-se no primeiro concurso realizado pelo TJRJ com o sistema de cotas, em abril de 1998. Passou e hoje, aos 39 anos, técnico de atividade judiciária, organiza eventos e cursos promovidos pelo Fórum de Campos dos Goytacazes, e auxilia na direção administrativa da serventia.



É ainda graduado em Administração e Pedagogia, mestre em Cognição e Linguagem, e faz doutorado na mesma área pela Universidade Estadual do Norte Fluminense (UNEF), além de ser pianista. “Estudei piano por influência do meu avô e do meu pai e, na adolescência, lecionei música. Não tive tempo de parar para reclamar da vida”, comenta.

Ele desenvolve todas essas atividades sem saber ler uma palavra em braile. Lê por computador, através de softwares como DOSVOX, Virtual Vision e NVDA. “Hoje, com a tecnologia, é fácil ficar cego”, diz e, em seguida, ri. Lê também, no celular, de seis a oito livros digitalizados por mês.

Décio é um dos 80 servidores do TJRJ com deficiência visual.

## A arte de um pintor do TJ

Escrivão do Tribunal desde 1983, tendo atuado nas comarcas de Barra Mansa, São João de Meriti e Nova Iguaçu, o artista plástico José Luiz Cardoso de Almeida começou a fazer a diferença na vida dos assistidos dos projetos sociais do Poder Judiciário fluminense há três anos, quando a desembargadora Cristina Gaulia o convidou para desenvolver um trabalho de inclusão social através das artes visuais. “Vários assistidos que passaram por aqui já vendem suas obras. Eles estão se descobrindo na verdade porque isso valoriza esses adolescentes e até a autoestima deles melhora”, contou.

Autodidata, José Luiz começou a pintar aos 15 anos de idade e, hoje, conta com um acervo de mais de duas mil obras, tendo participado de várias exposições no Brasil e, em 2008, em Nova Iorque.

O projeto foi estendido aos servidores da ativa, desde que haja anuência do superior hierárquico, e aposentados membros da Associação Beneficente dos Amigos do Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro (ABATERJ), que é parceira



*José Luiz (de chapéu) com alunos*

da iniciativa. O serventuário ministra o curso de Pintura e Modelagem, às terças e quintas-feiras, das 11h às 13h, na sala de pintura da Escola de Administração Judiciário (ESAJ), no Antigo Palácio da Justiça. Os interessados podem entrar em contato com o DEAPE (3133-3161) ou com a ABATERJ (3133-4010).

### CONTO

## Santo anonimato

**A**gnaldo tivera um dia estafante. Balcão lotado, advogados confusos e impacientes, processos que teimavam em desaparecer e, pra piorar a situação, não conseguia finalizar o relatório pedido pelo Chefe do Cartório.

Sexta feira, 17h55 – a turma da serventia programou se encontrar no bar de costume para jogar conversa fora, mas ele, só poderia sair depois de terminar a tarefa.

Às 18h55 o telefone toca. Agnaldo, certo de que eram os companheiros de *zoação*, atende despreocupado:

– Fala aí cambada de vagabundos. Vocês não têm o que fazer, além de perturbar os colegas? Vão procurar o que fazer, bando de desocupados.

Do outro lado da linha, uma voz firme e grave responde.

– Ô, rapaz, isso lá é maneira de falar ao telefone? Sabe quem está falando? Aqui é o Presidente do Tribunal de Justiça.

Surpreso e assustado Agnaldo indaga. – E o senhor sabe com quem está falando?

O indignado interlocutor responde:

– Não. Claro que não.

Agnaldo, aliviado, replica:

– Graças a Deus!

Desliga o telefone e corre pra encontrar os amigos e curtir sua cervejinha, que ninguém é de ferro.

*Luiz Walter Ribeiro Alves Filho*

SERVIDOR

# As atividades culturais e recreativas aproximam a Justiça do Cidadão



Conte ALGO que NÃO SEI

13 AGO quinta-feira das 18h30 às 19h30

**MESA REDONDA**  
Paulo César Caju (ex-seleção Brasileira o craque rebelde conta sua vida crítica a mercantilização do futebol)  
Afonsinho (ex-Botafogo)  
Deley (ex-Fluminense)  
João Máximo (jornalista)

SEMINÁRIO  
RIO DE JANEIRO CONTINUA ÍNDIO  
20 A 21 DE AGOSTO DE 9 ÀS 18H

Museu da Justiça do Estado do Rio de Janeiro  
Rua Dom Manuel, 219, Centro, Rio de Janeiro  
TELEFONES: 3133-3768 / 3768 / 1868  
www.tjrj.jus.br/web/guest/continua-indio



20 5ª FEIRA

Apresentação do Coral Quares da Aldeia Maria  
PALESTRANTE: Dindemar Ferreira Dias  
O Rio e Janeiro do Século XVII e XVIII  
PALESTRANTES: Eduardo Barros Fernandes e João Pechevo de Oliveira  
Aldeamentos Indígenas no Rio de Janeiro  
PALESTRANTE: José Ribamar Bezus e Ana Paula da Silva  
Os Índios na Construção do Espaço Urbano e na Defesa do Rio de Janeiro  
PALESTRANTE: Marcelo Lenos  
MEZA DE DEBATE

21 6ª FEIRA

**A CIDADE IDEALIZADA**  
O Rio de Janeiro através dos cartões-postais 1900 • 1930

Museu da Justiça  
Rua Dom Manuel, 29 - 3º andar  
Centro - Rio de Janeiro

De 17 de agosto à 19 de dezembro

Visitação de 2ª a 6ª, das 10 às 18 horas nos sábados, das 12 às 17 horas entrada franca



**A JUSTIÇA É O CHARME**  
TJRJ convida para baile na rua

29 AGO DAS 13 ÀS 18H Sábado

**BAILE CHARME**



O Museu da Justiça do Estado do Rio de Janeiro, por meio do Serviço de Gestão do Museu de Niterói, apresenta a exposição

**REVELANDO NITERÓI**  
Exposição individual de MIGUEL REGAZONI

ABERTURA



Compartilhe



## EXPEDIENTE

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO (TJRJ)  
Av. Erasmo Braga, 115 - Rio de Janeiro - RJ - TEL: (21) 3133-2000 - [www.tjrj.jus.br](http://www.tjrj.jus.br)  
PRESIDENTE: Luiz Fernando Ribeiro de Carvalho • CORREGEDOR-GERAL DA JUSTIÇA: Maria Augusta Vaz Monteiro de Figueiredo • 1º VICE-PRESIDENTE: Maria Inês da Penha Gaspar • 2º VICE-PRESIDENTE: Nilza Bitar • 3º VICE-PRESIDENTE: Celso Ferreira Filho  
ESCOLA DA MAGISTRATURA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO - EMERJ • DIRETOR-GERAL: Caetano Ernesto da Fonseca Costa  
REVISTA COMPARTILHE • TIRAGEM: 3.000 exemplares  
DIRETORIA-GERAL DE COMUNICAÇÃO E DE DIFUSÃO DO CONHECIMENTO (DGC) • DIRETOR-GERAL: Joel Rufino dos Santos • DEPARTAMENTO DE COMUNICAÇÃO INSTITUCIONAL (DECOI) • DIRETORA/EDITORA: Regina Lunière • REDATOR: Marco Antonio Gay • REPÓRTERES: Diego Pereira Carvalho, Felipe Barreto, Gustavo Lethier, Jéssica Lima, João da Matta, Mariana Bazílio e Paulo Cesar Fonseca  
PROJETO GRÁFICO: Maria Lúcia Braga (SECOM) • FOTOGRAFIA: Brunno Dantas, José Manoel de Souza e Silva e Luis Henrique Vicent  
IMPRESSÃO: Gráfica do TJRJ (DGLG/SEGRA) • EMAIL: [assessoriaimprensa@tjrj.jus.br](mailto:assessoriaimprensa@tjrj.jus.br) • TEL: (21) 3133-2593

CAPA Ônibus do Projeto Justiça Itinerante